



# Ecologistas vão julgar FMI e Banco Mundial

Ricardo Arnt

Doze organizações não governamentais do Brasil e do Paraguai acusam o Banco Mundial e o FMI de financiar projetos de desenvolvimento econômico responsáveis por desastres ambientais e sociais no Terceiro Mundo. No dia 17 de junho, em Assunção, entidades indígenas dos dois países denunciaram o Programa Grande Carajás, o Polonoroeste, a Calha Norte, os programas hidroelétricos e os projetos de Caazapá e Eje Norte, do Paraguai, por sacrificarem populações locais e o meio ambiente em troca de lucro a curto prazo.

As acusações arroladas na reunião de Assunção serão enviadas para o Tribunal Permanente de Defesa dos Direitos dos Povos, da Fundação Lelio Basso (italiana), e à coordenação dos movimentos ecologistas e partidos verdes europeus que promoverão, no dia 23 de setembro próximo, em Berlim Ocidental, o julgamento do FMI e do Banco Mundial, por crimes contra o meio-ambiente.

**"Contra-congresso"** — Os movimentos ecologistas europeus estão organizando um contra-congresso, com a participação de líderes comunitários e analistas de diversos países, para analisar os impactos sócio-ambientais das políticas de desenvolvimento e seus financiamentos transnacionais. Do Brasil, estão confirmadas as presenças do ecologista José Lutzemberger, do economista Paul Singer e de diversas organizações não-governamentais.

"Consideramos que entidades internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial, a FAO e a Comunidade Econômica Européia, os órgãos bilaterais e os governos nacionais têm obrigação de tomarem medidas eficazes para sanar os prejuízos e as alterações desfavoráveis do meio-ambiente e às populações", afirma o

documento final da reunião brasileiro-paraguaia.

As entidades rejeitam o custo social do desenvolvimento. "As terras indígenas, em muitos casos ilegitimamente apropriadas por terceiros, continuam sendo tratadas pelos nossos governos como se fossem *terra de ninguém*, disponíveis para a implementação de quaisquer projetos, rotulados de desenvolvimento, como estradas, hidroelétricas, de colonização e exploração agropecuária, mineral e florestal. Com frequência, esses projetos respondem a interesses de grupos nacionais ou transnacionais alheios à realidade tanto dos indígenas como das outras populações regionais afetadas", afirmam.

Diante dos impactos dos grandes projetos sobre o meio ambiente e as populações, o mínimo que governos e órgãos multilaterais de financiamento devem reconhecer, é o direito das comunidades afetadas "participarem plenamente dos processos decisórios e de elaboração dos projetos, assim como dos benefícios concretos à sua qualidade de vida, através de seus líderes e organizações, assessoradas por interlocutores válidos e especialistas, advogados, antropólogos e outros, de sua livre eleição", reivindicam as organizações não-governamentais.

Participaram da reunião de Assunção, entre outros, pelo Paraguai: Equipo Nacional de Misiones, Comitê de Iglesias, Centro de Estudios Humanitários, Proyecto Guarani Promuri, Centro de Estudios Antropológicos da Universidad Católica, Asociación de Parcialidades Indígenas, Mision de Amistad, e Servicios Profesionales Jurídicos y Socioantropológicos. Pelo Brasil, assinaram o documento a Universidade Federal de Santa Catarina, o Instituto de Antropologia e Meio Ambiente, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação e o Centro de Trabalho Indigenista.



JB 17.7.88